

**PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA
MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR
EDITAL N° 05/CMDCA/2019**

CADERNO DE PROVA

CANDIDATO(A): _____

RG: _____ SSP/_____

Assinatura: _____

DATA: 29 de junho de 2019

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01 – Você está recebendo este caderno de prova com 30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha versando sobre pontos da Lei Municipal n° 1.200/2006 e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n° 8.069/90)

02 – Cada questão possui quatro alternativas (a, b, c, d), sendo somente uma alternativa correta.

03 – Verifique se este material está completo. Caso contrário, notifique imediatamente a um dos responsáveis pela sala. Após a conferência, você deverá assiná-lo no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

04 – Esta prova é individual e não será permitida, durante a sua realização, a comunicação entre os candidatos e a utilização de livros, anotações, impressos, legislação ou qualquer outro material de consulta.

05 – Após 30 (trinta) minutos, você poderá solicitar o CARTÃO-RESPOSTA. A correção das provas será efetuada considerando exclusivamente as marcações do CARTÃO-RESPOSTA, por isso tenha cuidado na marcação.

06 – Você terá 03 (três) horas para responder as questões de múltipla escolha.

07 – As anotações do gabarito para conferência deverão ser efetuadas somente no formulário abaixo e destacadas pelo Fiscal, **após a entrega do material.**

08 – Não será permitido levar o caderno de prova, que a prova será disponibilizada com o gabarito preliminar até às 19h do dia de hoje, no *site* oficial do Município.

.....

ANOTAÇÃO DO GABARITO PARA CONFERÊNCIA														
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

As questões 01 a 05 referem-se ao disposto na Lei Municipal nº 1.200, de 25 de fevereiro de 2006 e suas alterações.

01) O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Marmeleiro será feito através de um conjunto articulado de ações governamentais, que serão implementadas através de:

I – Políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

II – Políticas e Programas de Assistência Social, em caráter supletivo, para aqueles que delas necessitarem;

III – Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV – Serviço de identificação e localização de pais, responsáveis de crianças e adolescente.

Estão corretas:

a) Alternativas I, III e IV;

b) Alternativas I, II, III e IV;

c) Alternativas II, III e IV;

d) Alternativas I, II e III.

02) Os programas que podem ser criados pelo Município para atendimento das crianças e adolescentes destinar-se-ão:

I – orientação e apoio sócio-familiar;

II – apoio sócio-educativo em meio aberto;

III – colocação familiar;

IV – abrigo;

V – liberdade assistida.

Estão corretas:

a) Alternativas I, III e V;

b) Alternativas I, II, III, IV e V;

c) Alternativas I, II e IV;

d) Alternativas I, II e III.

03) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão:

a) normativo, consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador das ações;

b) normativo e fiscalizador das ações;

c) deliberativo e fiscalizador das ações;

d) consultivo e fiscalizador das ações.

04) São competências do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – Fixar o número de Conselhos Tutelares a serem implantados no Município;

II – Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município;

III – Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perda de mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei;

IV – Propor Projeto de Lei sobre a remuneração ou não dos membros do Conselho Tutelar;

V – Solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de conselheiro, nos casos de vacância e término do mandato.

Estão corretas:

- a) Alternativas I, III, IV e V;
- b) Alternativas II, III e IV;
- c) Alternativas I, II, III, IV e V;
- d) Alternativas I, II, IV e V.

05) O presidente e o Vice-Presidente do Conselho Tutelar serão escolhidos pelos seus pares na primeira sessão do colegiado, para um mandato de:

- a) 6 (seis) meses, permitida uma recondução;
- b) 12 (doze) meses, permitida uma recondução;
- c) apenas 6 (seis) meses;
- d) 24 (vinte e quatro) meses, permitida uma recondução.

As questões 06 a 30 referem-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/90)

06) São considerados crimes pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA:

I – Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto;

II – Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa;

III – Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente;

IV – Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

Estão corretas:

- a) Alternativas I, III e IV;
- b) Alternativas I, II e III;
- c) Alternativas II, III e IV;
- d) Alternativas I, II, III e IV.

07) Não incorre no crime de possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

- a) o agente público no exercício de suas funções, para comunicar as autoridades competentes;
- b) o genitor da criança;
- c) quem tiver algum grau de parentesco com a criança;
- d) nenhuma das alternativas.

08) A investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada imediatamente após notificação aos órgãos competentes, que deverão comunicar o fato:

- a) aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido;
- b) à Polícia Rodoviária;
- c) ao Conselho Tutelar;
- d) às companhias de transporte.

09) Sobre as funções do Ministério Público previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- a) compete ao Ministério Público promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes;
- b) requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas;
- c) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta ou indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;
- d) todas as alternativas estão corretas.

10) Sobre o acompanhamento de advogado nos procedimentos envolvendo criança e adolescente, é incorreto afirmar:

- a) será prestada assistência judiciária integral e gratuita àqueles que dela necessitarem;
- b) nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor;
- c) o advogado será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça;
- d) se o adolescente não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado pelo juiz, não sendo permitida a substituição por outro de sua preferência posteriormente.

11) Sobre a habilitação de pretendentes à adoção, é incorreto afirmar:

I – É recomendável que as crianças e os adolescentes acolhidos institucionalmente ou por família acolhedora sejam preparados por equipe interprofissional antes da inclusão em família adotiva;

II – A desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção ou a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção importará na sua exclusão dos cadastros de adoção e na vedação de renovação da habilitação, salvo decisão judicial fundamentada;

III – A ordem cronológica das habilitações nunca poderá deixar de ser observada pela autoridade judiciária.

Estão corretas:

- a) Alternativas I e III;
- b) Alternativas II e III;
- c) Alternativas I e II;
- d) nenhuma das alternativas.

12) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes:

- a) à vida, à saúde, à alimentação;
- b) à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização;
- c) à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;
- d) todas as alternativas estão corretas.

13) Sobre a apuração de ato infracional atribuído a adolescente:

I – o adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária;

II – o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente;

III – o adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade;

IV – a internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, poderá ser cumprida em estabelecimento prisional comum.

Estão corretas as seguintes assertivas:

a) I e III;

b) I, II e III;

c) I e IV;

d) I, II, III e IV.

14) São requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta:

a) qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste;

b) indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo;

c) qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos;

d) todas as alternativas anteriores estão corretas.

15) A assertiva: “Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade”:

a) está parcialmente correta de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente;

b) está correta de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente;

c) está incorreta de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente;

d) não está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

16) De acordo com o art. 155 do ECA, o procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação:

a) do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse;

b) da autoridade judiciária;

c) da autoridade policial;

d) todas as alternativas estão corretas.

17) A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

I – conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;

II – conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes;

III – conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis;

IV – aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente;

V – conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.

Estão corretas as seguintes as:

a) Alternativas I, III e V;

b) Alternativas I, II, III, IV e V;

- c) Alternativas I, II e IV;
- d) Alternativas I, II e III.

18) Sobre o acesso à justiça, é correto afirmar, exceto:

- a) É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos;
- b) A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, através de defensor público ou advogado nomeado;
- c) É permitida a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional;
- d) Os menores de dezesseis anos serão representados e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual.

19) São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar:

- a) marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora;
- b) irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho;
- c) padrasto ou madrasta e enteado;
- d) todas as alternativas anteriores.

20) Sobre o processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, é incorreto afirmar que:

- a) será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público;
- b) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial;
- c) A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha;
- d) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é permitido ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

21) São atribuições do Conselho Tutelar, nos termos do art. 136 do ECA:

- I – determinar ao Poder Executivo local a proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- II – representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
- III – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

Estão corretas as seguintes assertivas:

- a) I e III;
- b) I, II e III;
- c) I e IV;
- d) II, III e IV.

22) O local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, bem como a remuneração de seus membros são dispostos:

- a) em Lei Municipal;
- b) no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- c) no Regimento Interno;
- d) na Lei Estadual.

23) Nos termos do ECA, são requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, exceto:

- a) reconhecida idoneidade moral;
- b) idade superior a vinte e um anos;
- c) residir no município;
- d) possuir ensino médio completo.

24) São medidas aplicáveis aos pais ou responsável, exceto:

- a) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- b) obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- c) multa;
- d) suspensão ou destituição do poder familiar.

25) Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar:

- a) como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum;
- b) como medida cautelar, a destituição da tutela;
- c) como medida cautelar, a perda da guarda;
- d) como medida cautelar, o encaminhamento a programa de orientação.

26) São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

- I – entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;
- II – ser tratado com respeito e dignidade;
- III – permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;
- IV – receber visitas apenas mensalmente.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- a) I e III;
- b) I, II e III;
- c) I e IV;
- d) II e III.

27) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais e será realizada:

- a) por período não excedente a seis meses;
- b) por período não excedente a um ano;
- c) por período não excedente a dois anos;
- d) por período não excedente a três anos.

28) São medidas que podem ser aplicadas ao adolescente quando verificada a prática de ato infracional, exceto:

- a) prestação de serviços à comunidade;
- b) prisão;
- c) obrigação de reparar o dano;
- d) liberdade assistida.

29) Quanto à prática de ato infracional, é incorreto afirmar:

- a) São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos;
- b) São penalmente inimputáveis os menores de dezesseis anos;
- c) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal;
- d) Para os efeitos do ECA, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

30) Sobre os direitos da criança e do adolescente, é incorreto afirmar que:

- a) A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- b) O direito à liberdade compreende ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, independente de restrições;
- c) As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável;
- d) As crianças e adolescentes poderão adquirir e consumir bebidas alcoólicas, desde que acompanhadas por seus pais ou responsável.